

CIRCULAR 01/2011

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2011 – PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

Lisboa, 25 de Janeiro de 2011

Estimados clientes:

Como é sabido, entrou em vigor no primeiro dia do ano o Orçamento de Estado aprovado pela Assembleia da República, e publicado através da Lei nº 55–A/2010, de 31/12.

A comunicação social fez saber aos portugueses as alterações que vão ter impacto significativo no seu poder de compra, nomeadamente o aumento da taxa do iva de 21% para 23% e as reduções de ordenados na função pública. Contudo, e especialmente ao nível das empresas, muita coisa ficou por dizer. Por isso, é de especial relevância a leitura deste trabalho que, apesar do muito trabalho aqui entregue, é feito com muito orgulho e vontade de poder transmitir aos clientes da Saturno aquilo com que podem contar a nível fiscal.

Não gostamos de destacar nenhum assunto pois todos eles são importantes e mediante a situação de cada contribuinte, algumas medidas são aplicáveis a um e não são aplicáveis a outro. Contudo, vamos abrir uma excepção e alertamos para a questão das tributações autónomas sobre viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, especialmente viaturas de gama alta.

IRS

- Dependentes

Obrigatória a identificação fiscal dos dependentes na declaração de rendimentos. Como tal, bebés acabados de nascer têm de ir a “correr” pedir o cartão de contribuinte!

- Pensões

Bastante agravada a tributação das reformas devido à redução acentuada da dedução específica.

- Categoria F - Prediais

A dedução de perdas passa a ser feita apenas em quatro anos (era 5), o que corresponde a uma tendência generalizada, tanto a nível de IRS como IRC.

- Deduções à colecta

Os seguros de vida com dedução à colecta são apenas os respeitantes a pessoas com deficiência. Os dois últimos escalões de rendimentos (superior a 66.045€) passam a ter limites às deduções efectuadas.

- Benefícios Fiscais

Também aqui passa a haver limites na utilização dos benefícios fiscais, neste caso, logo a partir do 3º escalão (superior a 7.410€). Só um exemplo, o limite desde escalão é de apenas 100€, depois é sempre a descer!

IRC

- Perdas por imparidade em créditos

Foi acrescentado a possibilidade de também considerar créditos de cobrança duvidosa os reclamados em tribunal arbitral (a lei referia apenas judicialmente).

- Créditos incobráveis

Alteração muito importante, o credor para poder deduzir o crédito incobrável tem mais uma condição: prova da comunicação ao devedor do reconhecimento do gasto incobrável, de modo a este poder reconhecer como um proveito (exº B deve a A 1000€; A não tem esperanças nem quer ouvir falar mais de B nem sequer o encontra em lado algum, mas A tem de comunicar a B para considerar como um proveito os 1000€ que não lhe pagou).

- Dedução de prejuízos fiscais

O OE de 2010 já tinha reduzido o limite de 6 anos para 4 anos como dedução dos prejuízos fiscais, agora a novidade é que, depois de dois anos seguidos a deduzir prejuízos, para se deduzir no terceiro ano, este depende da certificação legal das contas por revisor oficial de contas em condições ainda por definir através de portaria do ministro.

- Taxas de tributação autónoma

Esta matéria tem de ser analisada com base no OE e na Portaria 467/2010 de 7/7 (é a que define os limites máximos de reintegração). Uma das alterações mais significativas é que a tributação autónoma incide sobre os gastos efectuados/suportados e não sobre os “dedutíveis” o que pode agravar muito a tributação, especialmente viaturas de alta gama. Outra alteração, as viaturas que excedem os limites passam a ter uma taxa de 20% (até 2010 era só para contribuintes com dois exercícios seguidos de prejuízos). Nos exercícios em que o contribuinte apresenta prejuízo fiscal as taxas sobem em mais 10% (por exº as despesas de representação mantêm a mesma taxa de 10% mas se neste ano a empresa tiver prejuízo paga 20%).

Sobre esta matéria, para além do exemplo que damos a seguir, aconselhamos a leitura atenta do anexo a esta circular.

Exº viatura comprada em 2010 por 50.000€, empresa dá lucro em 2010 e 2011.

Depreciação contabilística em 2010 e 2011= 12.500€

Depreciação fiscal em 2010 e 2011= 10.000€

Tributação autónoma em 2010= 10.000 x 10% = 1.000€

Tributação autónoma em 2011= 12.500 x 20% = 2.500€ ou seja, há um agravamento de 1.500€

IVA

- Alterações nas listas anexas ao código do iva

Para conhecimento geral, houve algumas alterações, como exemplos temos: serviços prestados por advogados/solicitadores a reformados passam a taxa normal, assim como a prática de actividades físicas e desportivas. Também saíram da lista I os folhetos e outras publicações não periódicas e utensílios e equipamentos para combate e detecção de incêndios, passando para a taxa normal. As flores e plantas ornamentais que tinham uma taxa de 13% passam a 23%.

I.S. (Imposto do Selo)

- Isenções

Passam a estar isentos todos os suprimentos; até aqui havia algumas condições.

Estatuto dos Benefícios Fiscais

- Divulgação de benefícios fiscais

A DGCI deve divulgar até ao fim do mês de Setembro os sujeitos passivos de IRC que utilizaram benefícios fiscais, individualizando o tipo e o montante.

LGT (Lei Geral Tributária)

- Acesso a informações e documentos bancários

É alargada a possibilidade de as finanças acederem a informações bancárias sem o consentimento do titular nos casos em que existem dívidas fiscais e à segurança social.

Conclui-se a apresentação do Orçamento de Estado para 2011.

Esperamos, com este trabalho, que V.Exas. fiquem devidamente informados do panorama fiscal português.

Não deixe de consultar o nosso sítio na net www.saturno.pt encontrando muita informação útil na área exclusiva.

Com os melhores cumprimentos.

A.Pereira

ANEXO À CIRCULAR 01/2011

Quadro com os limites de valor de aquisição de viaturas ligeiras de passageiros ou mistas:

Descrição	Até 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
Viaturas eléctricas	29.927,87€	40.000,00€	45.000,00€	50.000,00€
Viaturas convencionais	29.927,87€	40.000,00€	30.000,00€	25.000,00€

Os limites são em função do ano de aquisição da viatura.

Quadro exemplificativo de algumas das tributações autónomas:

Descrição	Taxa normal	Taxa para empresa com prejuízo	Observações
Despesas não documentadas	50%	60%	Estas despesas não são dedutíveis fiscalmente
Encargos efectuados ou suportados com viat. lig. pass. ou mistas e motas c/ valor compra inferior ao limite	10%	20%	Excepto os veículos exclusivamente a energia eléctrica, que não são sujeitos a tributação autónoma
Idem mas com valor de compra superior ao limite	20%	30%	
Despesas de representação	10%	20%	Exº de despesas de representação: recepções, viagens, espectáculos oferecidos a clientes ou fornecedores ou outras
Encargos dedutíveis ref. a ajudas de custo e à compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador	5%	15%	
Idem mas ref. a encargos não dedutíveis de acordo com o código	-	15%	Só para empresas com prejuízo

Exemplos para a tributação em 2011:

Pressupostos: empresa com lucro superior a 12.500, para ter uma taxa de 25% de IRC

Valor aquisição	Depreciação contabilística	Depreciação fiscal	Redução do IRC (tx 25%)	Tributação autónoma	“ganho fiscal” (perda fiscal)
20.000	5.000	5.000	1.250	500	750
30.000	7.500	7.500	1.875	750	1.125
50.000	12.500	7.500	1.875	2.500	(625)
75.000	18.750	7.500	1.875	3.750	(1875)